

Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938

Dainis Karepovs

São Paulo: Hucitec / Unesp, 2003, 454 pp.

MARCOS DEL ROIO*

Esse livro de Dainis Karepovs traz uma extraordinária contribuição para a historiografia do movimento comunista no Brasil, abordando um período relegado, em grande medida, às névoas do tempo e de uma já desvanecente memória. No início dos anos 90, uma série de trabalhos de fôlego, de derivação universitária e com enfoques diferentes, veio a dar luz ao significado histórico dos eventos de novembro de 1935, desmantelando de vez a ideologia dos aparelhos repressivos estatais.

O primeiro deles foi *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935)*, publicado em 1990, do autor destas linhas, logo seguido por *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1917-1935)*, de Paulo Sérgio Pinheiro, publicado em 1991, culminando, em 1992, com a publicação do livro *Revolucionários de 35:*

sonho e realidade, de Marly Vianna. Com isso, uma nova questão passava a se destacar, clamando por respostas: que teria acontecido com os comunistas brasileiros depois da derrota de proporções históricas de 1935? Quais as raízes daquela política que levou Prestes e o PCB a uma aliança com Getúlio Vargas?

A opção de Dainis Karepovs para buscar a compreensão do período sucessivo ao levante de 1935 foi a de conduzir a sua exposição na trilha da diferenciação entre as concepções teórico-políticas de "frente popular" que passaram a opor o Comitê Regional de São Paulo ao Secretariado Nacional do PCB, tendo culminado na cisão. O autor destaca que a orientação vinda à tona do VII Congresso da IC (julho/agosto de 1935) era bastante genérica, dada a grande diversidade de situações que passava o mundo, descontado o fato de

* Professor da Universidade Estadual Paulista, Unesp, campus de Marília, SP.

indicar o fascismo como o inimigo a ser batido por toda a parte, tática que não teria sido capaz de gerar qualquer alternativa estratégica.

O fato de a política de frente popular expressar os interesses da política externa soviética e conceber a aliança com a burguesia, faz com que Dainis Karepovs entenda ser essa orientação equívoca e arbitrária na sua própria natureza. Ora, como o próprio autor reconhece, essa política era destinada a uma diversidade imensa de situações concretas, tendo sido lida de maneiras diferenciadas e mesmo conflitantes. No entanto, a visão do autor, generalizando a abertura para alianças com setores burgueses em algumas situações particulares para uma desejável aliança com a burguesia, faz com que perca precisamente a diversidade de situações concretas e, principalmente, a transmutação da política de "frente popular" em política de "frente nacional", com decorrências importantes na condução da análise da situação brasileira.

A política de frente popular surgiu como uma ação defensiva diante da expansão internacional do fascismo, baseando-se na experiência concreta do movimento operário da França. Concebeu-se então a unidade da classe operária e de suas organizações em torno da luta antifascista e a aliança com a pequena burguesia (camponeses, pequenos comerciantes, intelectuais). Essa luta defensiva poderia, mais tarde, vir a tomar uma feição ofensiva. Na Espanha, a Frente Popular teria essa mesma com-

posição e objetivos, mas o precoce ataque fascista e imperialista, fez com que as alianças fossem ampliadas para setores burgueses.

Outras experiências importantes dessa política foram entabuladas no Vietnã, China, Brasil e Chile, cada qual com a sua peculiaridade. Mas, em geral, nesses e em outros casos, pelo fato de a luta ser nuclearmente antiimperialista, a aliança eventual com setores burgueses que se postassem desse modo era aceitável para a IC (já que essa fração passaria a constituir parcela do próprio povo). De todo modo, fosse a política de frente popular uma tática defensiva que poderia vir a assumir a força para avançar rumo à revolução socialista, fosse expressão dos interesses do Estado soviético, inegável é que fracassou por toda a parte, ainda que por motivos diversos.

A ofensiva política e militar do fascismo na Etiópia, na China, na Espanha, na Áustria e na Checoslováquia (assim como no Brasil), não só significou a derrota da política de frente popular, como obrigou a sua transformação em frente nacional antifascista por toda a parte. Para a URSS e para os comunistas, a partir de um certo ponto, a sobrevivência de alguns Estados nacionais capitalistas importantes que não aceitavam a difusão do fascismo era de suma importância, pois passava a ser uma questão da sua própria sobrevivência e da possibilidade de se continuar a luta. Daí o surgimento de uma "frente nacional" na França, em defesa da soberania nacional diante da ameaça

hitlerista, ou de uma "frente nacional" na China, diante do ataque nipônico.

A dificuldade na apreensão desse cenário incide decisivamente na análise de Karepovs, que muito justamente enfatiza o modo como a burguesia era encarada pelos comunistas. Todavia o autor não deslinda essa questão, primeiro por conceber a essência da política de frente popular como uma aliança com a burguesia, depois por não perseguir as raízes dessa política no PCB, o que indicaria as suas peculiaridades com mais evidência (mesmo sob o risco de ampliar ainda mais o vasto volume).

A partir da derrota de novembro de 1935, o PCB mostrou ser uma "nau sem rumo", segundo a expressão usada por Karepovs, sendo a crise estratégica um elemento que caracteriza o vencido. A avaliação imediata da derrota e as medidas sobre o que deveria ser feito variaram muito, de acordo com a posição em que se encontravam os atores políticos. Com a prisão da maioria dos assessores da IC e de alguns dos dirigentes de maior peso, o Secretariado nacional do PCB foi reorganizado com os remanescentes da Conferência Nacional de 1934, sob a direção de Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu). Atônita com a derrota, embora a estrutura partidária tenha se mantido em pé, como bem demonstra Karepovs, a direção insistiu na orientação política amadurecida na I Conferência nacional de 1934, acrescida do invólucro da política de frente popular.

Apenas em fins de 1936 é que Elias Reinaldo da Silva (que se encontrava em

Moscou desde 1934) retorna ao Brasil com as primeiras avaliações da IC e as novas orientações, que impeliavam ao PCB a se unir a todas as forças democráticas que resistissem ao fascismo. A viagem de Eduardo Ribeiro Xavier ratificava essa orientação, na qual o PCB era solicitado a seguir com maior rigor a política de frente popular para os países coloniais e semicoloniais, no qual o Brasil se enquadrava, e que, naquele momento, implicava o reconhecimento de que não havia qualquer situação revolucionária mas sim o avanço do fascismo internacional. Daí a decorrente necessidade (na avaliação da IC), de se fazer alianças também com a burguesia sempre que essa se postasse contra o fascismo.

A política de frente popular foi aos poucos se transmutando em política de frente nacional. A primeira implicava, nos países coloniais e semicoloniais, derrotar o imperialismo e as camadas sociais que lhes eram afins ou subservientes, particularmente os grandes proprietários agrários e o grande comércio e indústria. Na frente nacional passava-se a ver o inimigo no imperialismo mais agressivo contra os povos: o fascismo internacional, ao qual dever-se-ia opor o conjunto da nação. Essa foi uma política muito discutível, mas teve seus frutos na revolução chinesa e, ainda que fracassada, na Espanha, enquanto que na França poderia ser compreensível. O problema era no Brasil (mas também alhures), onde era claro que ocorria uma disputa interimperialista, na qual se impunha a tendência ao predomínio americano, e onde havia uma tendência interna ao fascismo, fosse integralista ou getulista.

Num quadro como esse, a direção do PCB, inteiramente despreparada teoricamente para fazer frente à enorme complexidade da conjuntura e disposta a defender as suas posições de mando na organização, aceitou sem maiores reservas a orientação política exarada da IC, contra a qual vinha se confrontando desde 1934. Agora, para o PCB, tratava-se de formar uma frente nacional para pressionar o governo a direcionar as suas ações em favor da industrialização do País e da oposição ao imperialismo nazi-fascista. Essa posição foi plenamente assumida pela direção nacional em agosto de 1937, quando a burguesia passa a ser vista como força motriz da revolução brasileira e a questão agrária é deixada de lado. Necessário, no entanto, é dizer que essa política daria frutos importantes em 1944-1945.

Os comunistas de São Paulo assimilaram muito melhor a política de frente popular desde fins de 1934, pois essa passava pela prova da prática, além de serem, os seus dirigentes, mais bem preparados intelectualmente do que o grupo dirigente nacional. O esforço para fazer da ANL uma verdadeira frente popular explica a recusa da direção em se aventurar, em novembro de 1935, numa insurreição destinada ao fracasso. Coerentemente continuaram, depois da derrota, a se empenhar pela constituição de uma frente popular contra o imperialismo e contra o fascismo, sob qual verniz fosse.

A centralidade da classe operária nessa luta deveria ser mantida a cada momento, mas a sua construção e fortaleci-

mento não impediam, mas impeliam para a negociação com representantes das classes dominantes locais, ainda imbuídas de valores liberais, a fim de pressioná-las. O que não pareceu aceitável foi a transmutação da frente popular em frente nacional, quando essa implicou uma diferenciação entre os fascismos de Vargas e de Salgado e uma diferenciação entre os imperialismos fascista e liberal, além do entendimento da burguesia industrial como força motriz da "revolução". O PCB capitulava completamente à revolução burguesa pela "via passiva"!

Ainda que no livro ora em foco escape essa quase sub-reptícia mudança de orientação na IC, o primoroso acompanhamento desse processo feito por Dainis Karepovs mostra ainda outra nuance importante na compreensão da política de frente popular antifascista no Brasil. Nota-se que Fernando de Lacerda e Octávio Brandão, remanescentes do primeiro grupo dirigente do PCB e vivendo na URSS desde há alguns anos, entendiam melhor o significado da política de frente popular aprovada no VII Congresso da IC. Vê-se também que Antonio Maciel Bomfim e Prestes, os dois principais responsáveis pelos acontecimentos de novembro de 1935, persistiram por algum tempo na linha de frente popular de caráter armado, embora Prestes tenha depois mudado a sua opinião e se tornado o principal fiador da política de frente nacional contra o nazi-fascismo, principalmente depois de 1943.

DEL ROIO, Marcos. Resenha de: KAREPOV, Dainis. Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938. São Paulo: Hucitec, 2003, p.454. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.18, 2004, p.170-173.

Palavras-chave: PCB; Brasil; Comunismo.